

Os anos radicais: o governo João Goulart

Abertura

Na aula passada, vimos que o governo de Jânio Quadros evoluiu rapidamente do otimismo inicial para uma grave crise política. A renúncia do presidente dividiu a sociedade brasileira em pólos opostos, e a fórmula encontrada para superar o impasse foi a implantação do parlamentarismo.

Nesta aula, veremos como funcionou o novo sistema de governo durante o curto período em que esteve em vigor. Veremos ainda que a sua implantação não foi suficiente para impedir a crescente radicalização dos grupos políticos e sociais, que acabou levando à **derrubada** do governo de João Goulart.

Movimento

Parlamentarismo e presidencialismo

No sistema de governo presidencialista, que era o que o Brasil possuía até então, o poder Executivo se concentra na figura do presidente da República. Mas o que significa isso? Significa que cabe ao presidente tomar as principais decisões e iniciativas para governar o país.

Já no parlamentarismo, quem detém esse poder é o parlamento, ou Congresso. O partido ou a coligação partidária que tem a maioria no parlamento escolhe, entre os parlamentares eleitos, o **chefe de governo**, também chamado de **primeiro-ministro**.

O primeiro-ministro, por sua vez, organiza um **conselho de ministros**, também chamado de gabinete ministerial. Seus membros devem ser, igualmente, escolhidos entre os parlamentares eleitos. O primeiro-ministro e seu gabinete são responsáveis pelo desenvolvimento de todas as políticas do governo e pelo comando da administração federal. Mas têm de prestar contas ao parlamento.

O parlamento pode apoiar – dando um voto de confiança – ou derrubar – dando um voto de censura – o gabinete. Quando um gabinete é derrubado, tenta-se formar outro e, caso isso não seja possível, convocam-se novas eleições parlamentares para a formação de uma nova maioria partidária.

O cargo de presidente da República não desaparece no sistema parlamentarista, mas seus poderes são muito reduzidos. O presidente da República, nesse caso, é considerado **chefe de Estado**. É eleito pelo voto direto, e a ele cabe nomear o primeiro-ministro e seu gabinete.

Algumas das democracias mais desenvolvidas do mundo adotam o parlamentarismo. É o caso da Alemanha, da Itália, do Canadá, da Suécia, do Japão e da Inglaterra. Os três últimos países – isto é, Suécia, Japão e Inglaterra – são exemplos de monarquias parlamentares: nelas, o cargo de chefe de Estado é exercido pelo rei (ou imperador) ou pela rainha.

Lembre-se de que o Brasil também já foi uma monarquia parlamentar.

Em tempo

A redução dos poderes presidenciais, trazida pelo parlamentarismo instituído pela Emenda Constitucional nº 4, diminuiu a resistência dos grupos de oposição à posse de João Goulart na presidência, depois da renúncia de Jânio Quadros.

Mas a Emenda Constitucional também previa a convocação, algum tempo depois, de um **plebiscito**. Por meio dele, o eleitorado decidiria se o sistema parlamentar deveria ser mantido ou se devíamos retornar ao presidencialismo. Assim, os que defendiam que Goulart assumisse a presidência com plenos poderes passaram a concentrar seus esforços na realização do plebiscito.

Você sabe o que quer dizer **plebiscito**?

Procure a palavra no dicionário. Que relação se pode estabelecer entre plebiscito e democracia?

Pausa

Durante o curto período em que esteve vigente – apenas 14 meses –, o novo sistema de governo deu lugar à formação de três gabinetes ministeriais. O primeiro (setembro de 1961/julho de 1962) foi chefiado pelo primeiro-ministro Tancredo Neves (PSD); o segundo (julho/setembro de 1962), por Brochado da Rocha (PSD); e o terceiro (setembro de 1962/janeiro de 1963), por Hermes Lima (PSB).

Mas a principal medida implementada durante esse período foi a antecipação da data do plebiscito, que foi marcado para janeiro de 1963. Os setores que haviam defendido a posse de Goulart novamente se mobilizaram em uma intensa campanha nacional para que a população votasse “não” ao parlamentarismo.

Ao final, a volta ao presidencialismo venceu por esmagadora margem de votos – quase 9,5 milhões, contra cerca de 2 milhões dados à manutenção do sistema parlamentar.



Reunião ministerial do governo João Goulart (o 2º da esquerda para a direita). O 1º é Tancredo Neves.

O Plano Trienal e as reformas de base

Voltamos, portanto, para o regime presidencialista, ou seja, aquele que confere maiores poderes ao presidente da República.

Tendo recuperado plenamente os poderes executivos que a Constituição de 1946 lhe garantia, Jango lançou então as primeiras medidas para enfrentar os sérios problemas econômicos e sociais que o Brasil vivia.

Na realidade, enquanto durou o parlamentarismo, o governo ficara praticamente paralisado. Isso agravou ainda mais a situação econômica: a taxa de inflação pulou de 37% em 1961 para 51% em 1962, enquanto a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) desceu a 5,4% em 1962, contra os 7,3% de 1961.

Para atacar de frente esses problemas, o governo lançou o **Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social**. Elaborado pelo economista Celso Furtado, que ocupava então o cargo de ministro extraordinário do Planejamento, o Plano Trienal tinha dois objetivos difíceis de conciliar:

- em primeiro lugar, queria reduzir a tendência à aceleração inflacionária, que, se continuasse, poderia resultar num total descontrole das taxas de inflação;
- o segundo objetivo era o de voltar às taxas de crescimento econômico alcançadas no período “de ouro” do desenvolvimento (entre 1957 e 1961), que giravam em torno de 7% anuais.

A manutenção do crescimento econômico era necessária, pois somente assim se poderiam criar empregos e assegurar a distribuição de renda, fatores indispensáveis para uma melhoria das condições de vida dos brasileiros.

Para alcançar o primeiro objetivo, ou seja, controlar a inflação, o governo pretendia adotar medidas como a redução dos gastos públicos, a contenção do crédito ao setor privado e a renegociação da dívida externa.

Em relação à dívida, em março de 1963 o ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, visitou Washington, lá obtendo empréstimos de cerca de US\$ 400 milhões. Entretanto, somente uma pequena parcela foi liberada imediatamente. O restante ficava condicionado à evolução da situação econômica brasileira.

De fato, nem o governo norte-americano, nem o Fundo Monetário Internacional (FMI), nem os credores internacionais estavam convencidos da viabilidade do Plano Trienal, preferindo uma atitude de “pagar para ver”. E já em meados de 1963 o próprio governo brasileiro tomava medidas que comprometiam os objetivos do Plano. Concedeu um reajuste salarial de 60% ao funcionalismo público (quando o previsto era de apenas 40%) e relaxou o controle sobre a concessão de empréstimos bancários aos empresários.

Nem os empresários nem os sindicatos dos trabalhadores viam com bons olhos o Plano Trienal. Ambos achavam que esse plano levaria o país para à **recessão**. Você já deve saber que recessão significa uma diminuição de ritmo em todas as atividades econômicas. Geralmente ela é acompanhada de queda na produção industrial, desemprego, redução salarial e queda no consumo e nas vendas.

Assim, já no segundo semestre de 1963 ficou evidente que o governo não tinha apoio suficiente para implantar o Plano Trienal. O resultado disso é que a inflação continuou a subir e também as taxas de crescimento econômico despencaram (0,6% do PIB em 1963), chegando ao seu nível mais baixo desde o início da Segunda Guerra Mundial.

Outra medida importante do governo Jango foi o compromisso assumido com a realização das chamadas **reformas de base**, consideradas essenciais para uma transformação profunda das estruturas econômicas e sociais brasileiras.

Em tempo

As reformas de base incluíam as reformas do sistema bancário; urbana e administrativa; da legislação eleitoral, prevendo, entre outras coisas, a extensão do direito de voto aos analfabetos; universitária; fiscal, ou seja, do sistema de cobrança de impostos; a regulamentação da remessa de lucros para o exterior, e, principalmente, a reforma agrária. Esta última só poderia ser realizada com alterações na Constituição de 1946.

A Constituição estabelecia que as desapropriações de terras só poderiam ser feitas mediante a “prévia e justa indenização em dinheiro”. Na prática, essa exigência impedia a realização de uma reforma agrária ampla, porque o governo teria de gastar muito dinheiro com as indenizações.

Para contornar esse problema, o presidente enviou ao Congresso um projeto de emenda constitucional. Mas o projeto foi vetado pela maioria conservadora do PSD e da UDN.

Como você vê, o tema da reforma agrária é muito antigo em nossa história, e sua solução não parece ser tão fácil!

O objetivo das reformas de base era ampliar a participação dos trabalhadores na vida política e cultural, melhorar a distribuição da terra e da renda e eliminar obstáculos ao desenvolvimento econômico do país.

As reformas não tinham, portanto, um caráter anticapitalista. Ao contrário, pretendiam aprofundar o desenvolvimento capitalista brasileiro em bases nacionais. Para isso, era preciso aumentar o mercado interno e controlar mais os investimentos externos.

Mas nem todos viam as reformas com simpatia, e muitos não concordavam com a sua implantação. O debate a esse respeito – na imprensa, no Congresso, nos sindicatos – agravou ainda mais a polarização política e ideológica que já vinha crescendo na sociedade brasileira. A divisão da sociedade entre os setores a favor e contra as reformas foi ficando cada vez mais radical.

Pausa

Mas como se posicionavam os partidos políticos em relação a essa divisão? Você deve lembrar que o presidente João Goulart pertencia ao PTB, que apoiava as reformas.

Mas será que o PSD, bem mais conservador, ainda mantinha a antiga aliança com o partido do presidente?

E quanto à UDN, que voltara a ser oposição?

Na realidade, a divisão da sociedade em pólos opostos era facilitada pelo fato de que os três grandes partidos políticos surgidos em 1945 (PSD, PTB e UDN) passavam por uma verdadeira “crise de identidade”.

Tanto no PSD como na UDN surgiram dissidências que reuniam os parlamentares mais progressistas: a **ala moça** do PSD e a **bossa nova** da UDN. Essas dissidências apoiavam as reformas de base e outras propostas de conteúdo nacionalista. Ao mesmo tempo, assistia-se ao crescimento eleitoral do PTB e ao surgimento, também dentro desse partido, de uma ala mais moderada (os chamados “fisiológicos”) e uma ala mais radical (o “grupo compacto” ou “ideológico”).

A polarização política estendia-se também aos setores organizados da sociedade, como os sindicatos, as agremiações estudantis e as associações de empresários e profissionais liberais.

Entre 1961 e 1963, o movimento sindical viveu um momento de intensa organização e mobilização. Nesse período, foram deflagradas 435 greves, contras as cerca de 177 ocorridas entre 1958 e 1960. Além disso, o envolvimento dos sindicatos nas lutas políticas abriu espaço para o surgimento de organismos que coordenavam a ação de sindicatos de diversas categorias sob uma mesma orientação política.

Assim, em fins dos anos 50 e início dos 60 surgiram entidades como o PUA (Pacto de Unidade e Ação) e o Fórum Sindical de Debates. Em 1962, surgia o Comando Geral de Greve, que pouco depois se transformou no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e comandou duas grandes greves gerais de caráter político. O CGT era ilegal, segundo a legislação sindical da época, que proibia a criação de centrais sindicais horizontais, isto é, sindicatos de diferentes categorias profissionais não podiam se reunir numa mesma organização.

Ainda assim, o governo “fechou os olhos” para a atuação do CGT, que era controlado por lideranças sindicais ligadas ao PTB e ao PCB (outro partido que também era ilegal, mas tinha sua atuação tolerada pelo governo).

Mas não eram apenas os trabalhadores urbanos que se mobilizavam. Também os trabalhadores rurais avançavam na sua organização, representados pelas Ligas Camponesas e pelos sindicatos rurais. As ligas camponesas foram associações de caráter civil que se difundiram a partir da área canavieira de Pernambuco. Criadas com o objetivo de garantir os direitos dos trabalhadores rurais, elas se afirmaram nacionalmente já no início dos anos 60, colocando-se à frente da luta por uma reforma agrária, cunhando o mote “Reforma Agrária na Lei ou na Marra”.

Em 1963, diversas federações de trabalhadores rurais fundaram a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), que logo a seguir se filiou ao CGT. A defesa da “reforma agrária radical” transformou-se, então, na principal bandeira da confederação.

Também os estudantes, representados pela UNE (União Nacional dos Estudantes), mobilizavam-se em todo país na defesa das reformas de base, especialmente a reforma universitária.

No pólo oposto, surgiram organismos como o Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e o Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), que reuniam empresários, tecnocratas, professores universitários, jornalistas, economistas e profissionais liberais em geral. Esses institutos foram criados com o objetivo de defender a livre empresa e a economia de mercado. Defendiam um capitalismo moderno e totalmente aberto ao capital estrangeiro. Suas atividades eram estudos e debates, e também a propaganda política junto aos empresários, às forças armadas, à Igreja, ao Congresso, aos sindicatos etc.

Assim, os dois institutos se transformaram no centro da oposição civil às reformas de base. Mas o Ipes e o Ibad também atuavam cada vez mais entrosados com os círculos de oposição militar que teriam participação decisiva na derrubada do governo Jango.

Pausa

Vamos ver outra vez como se movimentava a sociedade? Olhe bem quantas associações, organizações e entidades!

Volte ao texto e confira o que são esses grupos e siglas: ala moça do PSD; bossa nova da UDN, CGT, Contag, Ibad, Ipes...

Em setembro de 1963, um episódio grave revelou o grau de radicalização política em que o país mergulhara. Cerca de 500 sargentos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica se revoltaram em Brasília. Protestavam contra uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral que anulava a eleição de candidatos-sargentos (proibida pela legislação eleitoral da época) ocorrida nas eleições de 1962.

Apesar de a rebelião ter sido reprimida em poucas horas, o episódio teve repercussões muito graves. Para os altos escalões das Forças Armadas, aquilo representava claramente uma quebra da disciplina e da hierarquia militares.

Por essa época, cresciam as articulações para derrubar João Goulart. Setores civis e militares se uniam para a derrubada. À frente do movimento conspiratório estava o general Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, que tinha o apoio dos oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG) e dos civis do Ipes.

Os conspiradores contavam ainda com a adesão dos governadores dos principais Estados: Carlos Lacerda (Guanabara), Magalhães Pinto (Minas Gerais), Ademar de Barros (São Paulo), Ildo Meneghetti (Rio Grande do Sul) e Ney Braga (Paraná). E tinham o apoio de oficiais que ocupavam postos importantes na hierarquia militar, como o general Olímpio Mourão Filho (chefe da 4ª Região Militar) e o general Justino Alves Bastos (comandante do IV Exército, sediado no Nordeste).

O governo de João Goulart sustentava-se com muita dificuldade. Os setores nacionalistas e de esquerda mais radicais exigiam a implantação imediata das reformas de base. Os moderados começavam a olhar com desconfiança.

Um novo acontecimento acabou demonstrando que o governo cedera às pressões dos radicais. Durante o chamado **comício da Central**, em 13 de março de 1964, que contou com a presença do próprio presidente da República e foi assim chamado por ter sido realizado diante da estação ferroviária da Central do Brasil, no centro do Rio de Janeiro, cerca de 250 mil participantes manifestaram apoio popular às reformas de base. Estavam ali para pressionar o Congresso a aprová-las.

Comício de 13 de março de 1964, que reuniu 250 mil pessoas na Central do Brasil. Na foto à esquerda, o presidente João Goulart e sua esposa Maria Theresa.





Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, manifestação ocorrida em São Paulo que levou às ruas cerca de 500 mil pessoas.

No discurso de encerramento da manifestação, Jango anunciou os decretos de desapropriação de terras e estatização das poucas refinarias de petróleo privadas nacionais, anteriores à criação da Petrobrás. Prometeu ainda que enviaria ao Congresso o projeto de outras reformas e decretaria, nos dias seguintes, medidas como tabelamento de aluguéis e controle de preços.

Mas as oposições também saíam às ruas em todo o país. A mais importante dessas manifestações foi a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, realizada em São Paulo, que reuniu cerca de 500 mil pessoas. Organizada por movimentos femininos, com a total colaboração do governo de São Paulo, de setores da Igreja Católica e de entidades empresariais como a Fiesp e a Sociedade Rural Brasileira, a marcha demonstrava o descontentamento das classes média e alta com os rumos que vinha tomando o governo Goulart.

Finalmente, uma nova rebelião militar, dessa vez envolvendo marinheiros e fuzileiros navais, precipitou o movimento para depor o presidente da República. Na madrugada de 31 de março, tropas militares vindas de Minas Gerais começaram a se movimentar na direção do Rio de Janeiro. Em todo o país, diversas outras forças militares apoiaram o golpe de Estado. O presidente se recusou a estimular qualquer resistência armada ou civil, para evitar o “derramamento de sangue inocente”. Aceitando a deposição, Jango voou para o exílio no Uruguai. Já na madrugada de 2 de abril, o Congresso declarava vaga a presidência da República e empossava o deputado Ranieri Mazzilli como o novo presidente. Encerrava-se, assim, a experiência democrática iniciada em 1945.

Últimas palavras

Nesta aula, vimos como o governo de João Goulart foi marcado pela polarização que dividia toda a sociedade brasileira, inclusive os grandes partidos políticos. Também pudemos acompanhar como a mobilização pró ou contra as reformas de base foi tomando rumos cada vez mais radicais, até ser interrompida pelo movimento civil e militar que depôs o presidente João Goulart.

Na próxima aula, entraremos em uma nova etapa da história da sociedade brasileira, caracterizada pelo regime militar que vigorou de 1964 a 1985. A consolidação política e institucional do novo regime, bem como as importantes medidas tomadas no plano econômico, serão objeto de nosso estudo.

Mas você deve estar se perguntando: qual foi a reação da sociedade a uma mudança tão profunda? E quanto aos setores que apoiavam o governo deposto, e agora se viam na oposição?

Os diversos rumos tomados pela oposição ao regime militar também serão analisados a seguir.

Exercícios

Exercício 1

Releia o item **O plano Trienal e as Reformas de Base** e explique por que o governo João Goulart apoiou as Reformas de Base.

Exercício 2

Releia o item **Epílogo: o movimento militar de 64** e explique a seguinte frase contida no texto: “O governo de João Goulart sustentava-se com muita dificuldade”.